

Veículo: *Valor Econômico*

Data: 24/05/2004

Autor: Maria Inês Nassif

Globalização democrática é um sonho distante

A globalização e os mecanismos de mediação internacional, tidos no início da década de 90 como garantias da paz mundial e como instrumentos para uma possível homogeneização das condições sociais e econômicas do planeta, estão em grave crise. Ela é sistêmica, na avaliação do sociólogo Manuel Castells - e não existem, hoje, discordâncias no meio acadêmico de que a crise advém de uma situação política internacional onde o multilateralismo foi sendo gradativamente esmagado pelo unilateralismo da nação-líder do sistema, os Estados Unidos - uma tendência que assumiu toda a sua radicalidade após os ataques terroristas de 11 de setembro, atribuídos a grupos islâmicos.

Essa quase perplexidade diante das limitações do sistema de governança global instituído para resolver conflitos e atuar como minimizador de diferenças entre povos e pessoas - a Organização das Nações Unidas e outras instituições multilaterais criadas pós-Segunda Guerra -, foi o centro dos debates no primeiro seminário organizado pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), no último sábado. "Por uma Governança Global e Democrática" foi o tema de um seminário marcado pela descrença no sistema mundial atual e, mais do que isso, pelas dificuldades de discernimento das possibilidades reais de a sociedade civil e dos Estados-nação assumirem um papel mais ativo para alterar a ordem mundial, hoje firmada no unilateralismo norte-americano, e conquistarem uma governança global democrática.

As discussões da tarde, que envolveram especialistas em relações internacionais e sociólogos, foram embaladas por uma céptica exposição do ex-ministro Rubens Ricupero. Em "A Ordem Cosmopolita: uma Construção Interrompida", Ricupero defendeu a tese de que a história contemporânea apenas registrou episódios de construção de uma ordem

nova após situações de conflito que desmontaram totalmente instituições internacionais anteriores; onde havia vencedores e vencidos, e portanto clareza de a quem cabia a iniciativa da reforma; e, em um primeiro momento pelo menos, existia uma convergência de interesses.

Esse papel coube aos EUA, como líder do pós-guerra e, mesmo após o afastamento da União Soviética comunista desse consenso internacional e inauguração da Guerra Fria e da bipolaridade mundial, foi essa liderança que deu credibilidade às instituições internacionais e à nova ordem mundial. Tinha poder militar, de coação, e de persuasão, devido à inegável liderança cultural. Hoje, afirmou Ricupero, a situação é oposta. "O poder militar dos EUA cresceu em relação aos demais, a diferença que o separa dos outros aumentou, tornando mais forte a capacidade americana de vencer, ao mesmo tempo em que diminuía a sua capacidade de convencer".

Diante de uma situação política onde não houve rompimento, o ex-ministro propôs um "aggiornamento" da governança global, que questione inclusive os critérios "congelados" de poder mundial definidos no pós-Guerra - como, por exemplo, o Conselho de Segurança, onde estão ausentes os derrotados Alemanha e Japão; e a influência dos países em desenvolvimento nas instâncias decisórias dos organismos de Bretton Woods. Ainda assim, com a ressalva de que, dada a situação de não-ruptura, é impossível um "aggiornamento" na ordem global sem a participação dos Estados Unidos.

"Eu, pessoalmente, creio que a única possibilidade de mudança vem da tirania dos fatos: da lição da derrota, do sofrimento, da morte e da destruição - somente aí pode haver uma evolução", disse o ex-ministro. "A maioria de vocês não acredita em outra vida; eu acredito só na outra", afirmou Ricupero, com bom humor, para afastar de si possíveis acusações de pessimismo excessivo.

Mesmo assim, foi o toque da impossibilidade que deu a tônica ao debate: o ex-ministro opinou que o unilateralismo norte-americano não era apenas uma posição imposta pelo grupo Bush, que apenas "radicalizou e extremou posições que vêm de longe". "A política que os Estados Unidos está realizando está entranhada na sociedade norte-americana", concordou o ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, para quem existe, hoje, uma discussão aberta naquele país se ele deve assumir-se como império. Menos pessimista, o

historiador Boris Fausto contrapôs que a potência hegemônica não é um bloco monolítico. "Quando se toma a sociedade civil, é um país muito mais contraditório e muito mais rico do que podemos imaginar".

Na finalização desse primeiro bloco, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, agora reassumindo o seu papel de sociólogo, considerou que o futuro do multilateralismo vai depender do que acontecer com o Iraque, ocupado pelos EUA, e da questão palestina. Relatou que, quando presidente, na casa de campo do primeiro-ministro inglês, Tony Blair, ouviu o então presidente dos EUA, Bill Clinton, declarar um esforço de final de mandato para resolver a questão no Oriente Médio, por entender que essa era a questão crucial do seu país naquele momento. "Hoje, o Iraque é um problema mais grave ainda para os Estados Unidos, até mesmo maior do que foi o Vietnã", afirmou.

A segunda parte das discussões da tarde, "O Papel da Sociedade Civil Global", acresceu um agravante nas discussões sobre a governança global: o reconhecimento de uma crise de legitimidade política mundial, localizada também nos Estados-Nação. O sociólogo Manuel Castells, introdutor do conceito de mundo globalizado em redes, citou um estudo de Dante Caputto, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Nele, entre os entrevistados, 54,7% admitiam preferir um regime autoritário se este pudesse resolver as condições de pobreza e dificuldades econômicas. Um estudo do Instituto Gallup feito pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1999, feita numa assembléia onde estavam presentes 57 mil pessoas de 60 países, constatou que a grande maioria (62,1% dos entrevistados) não acreditavam que seus países tinham governos populares.

Essa crise de governabilidade, segundo ele, decorre do populismo e da demagogia - mas, embora as redes locais assumam importância cada vez maior, devido aos progressos da comunicação, Castells ratificou que os Estados nacionais ainda mantêm importância "como poder institucional, de regulação", que de alguma forma têm se adaptado às transformações impostas pela sociedade civil, via redes locais, nas respostas à crise de governança global. Cada país, produto de uma sociedade civil que, na concepção gramsciana, também permeia o poder, responde à crise de acordo com os mecanismos de que dispõe.